

Governo do Paraná anuncia reajuste e encerra negociação com sindicatos NRE Loanda

Postado em: 14/05/2015

O Governo do Paraná anunciou nesta quinta-feira (14) o envio de projeto de lei à Assembleia Legislativa para o reajuste dos salários do funcionalismo público. O índice foi definido em 5%, a ser pago em duas parcelas, conforme a capacidade orçamentária e financeira do Estado. Nos últimos quatro anos, o Governo do Paraná concedeu aumentos nos salários acima da inflação para quase todas as categorias do funcionalismo público. De 2011 a 2014, a média de reajuste do salário base do funcionalismo foi de 63,6%. A inflação acumulada para o período foi de 26,7%.

O Governo do Paraná anunciou nesta quinta-feira (14) o envio de projeto de lei à Assembleia Legislativa para o reajuste dos salários do funcionalismo público. O índice foi definido em 5%, a ser pago em duas parcelas, conforme a capacidade orçamentária e financeira do Estado. Nos últimos quatro anos, o Governo do Paraná concedeu aumentos nos salários acima da inflação para quase todas as categorias do funcionalismo público. De 2011 a 2014, a média de reajuste do salário base do funcionalismo foi de 63,6%. A inflação acumulada para o período foi de 26,7%.

O Governo também reconheceu nesta quinta-feira (14) o encerramento das negociações com os sindicatos que representam servidores públicos. A última reunião aconteceu na terça-feira (12).

As paralisações de servidores da educação e das universidades estaduais foram consideradas abusivas pela Justiça. Com base nisso, o Governo do Estado anunciou também o registro de faltas dos grevistas para o correspondente desconto nos salários e a abertura de novo Processo Seletivo Simplificado (PSS), para a contratação de professores temporários.

O Governo ainda autorizou a Secretaria da Educação a abrir processos para apurar casos de insubordinação de diretores que, durante a greve, mantiveram as escolas fechadas ou dificultaram o acesso de estudantes e professores. Os processos podem levar à definição de penalidades aos diretores que comprovadamente se omitiram ou atuaram contra o interesse da comunidade.

Além da definição sobre o índice de correção salarial, o Estado confirmou a atualização de benefícios que estão em atraso ou programados para este ano. Serão gastos R\$ 260 milhões até o final do ano para regularizar todas as pendências com o funcionalismo, como a implantação de promoções e progressões de carreira. Uma parcela de R\$ 16 milhões já está prevista para ser quitada neste mês de maio.

Segundo o chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, essas decisões levam em conta os limites da lei de responsabilidade fiscal e a disponibilidade financeira do Estado. "Estamos fazendo um esforço extraordinário para garantir esse índice de reajuste num momento em que a economia dá sinais concretos de recessão e aumento do desemprego", afirmou Sciarra.